

Ricardo Jorge e a Saúde Pública em Portugal

Um "Apostolado Sanitário"

Jorge Fernandes Alves

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Ricardo Jorge (1858-1939), médico e professor universitário, lutou, desde 1883, para dar amplitude ao espaço político que a saúde pública ocupava, apelando ao Estado para implementar estratégias médicas de acordo com o moderno sanitário. Foi o organizador dos Serviços Municipais de saúde e Higiene da Cidade do Porto, desde 1892. Em meados de 1899, ocorreu um surto de peste bubónica no Porto e o Conselho de Saúde estabeleceu um cordão sanitário em torno da cidade que causou o azedume da população urbano devido às perdas económicas. A situação de animosidade contra ele (era insultado nas ruas), forçou-o a partir para Lisboa, onde foi colocado como Inspector -Geral de Saúde Pública. Neste contexto, promoveu a criação do Instituto Central de Higiene (1899) e tomou a seu cargo a reforma dos serviços sanitários, adaptando-os ao novo contexto científico, o que conduziu à publicação do Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública.

Palavras-chave: higiene; saúde pública.

ARQUIVOS DE MEDICINA, 22(2/3):85-90

Convocar Ricardo Jorge, através de uma perspectiva histórica evocativa do seu percurso e obra no 150º aniversário do seu nascimento, procurando exprimir significados ligados à produção e difusão de saberes na área da saúde pública, é uma tarefa aliciante mas complexa para realizar em tempo e espaço escassos.

Tarefa aliciante porque nos remete para uma fase heróica na construção do saber médico, então catalizado pelo experimentalismo teorizado por Claude Bernard e vivido esplendorosamente nas conquistas pausterianas, produzindo-se novos conhecimentos que reconfiguraram a medicina quase por inteiro, ao tornar-se evidente e inteligível pela micro-observação aquilo que era invisível a olho nu. Uma etapa para a qual alguns praticantes e docentes, como era o caso de Ricardo Jorge, procuravam arrastar a ainda incipiente formação então assegurada pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, numa clara consciencialização do nosso atraso neste domínio.

Mas tarefa complexa, dizia, em face das vicissitudes do percurso do protagonista, da sua formação versátil, do seu carácter de polemista iconoclasta, da sua obra multimodal (que da área médica se estendeu à literatura, à arte, à história). Protagonista que se afirmou entretanto como um cabouqueiro do higienismo em Portugal, teorizador e executor de uma política de saúde pública através de intervenções ousadas em que o discurso se orienta para o enfrentamento do poder, num jogo de saberes entre diferentes gerações e poderes. A afirmação de

Ricardo Jorge a favor de um novo "poder-saber" médico, através do ensino, de conferências, de publicações e de legislação, é uma evidência da forte necessidade de discurso (que só teve anterior paralelo no estrangeirado Ribeiro Sanches) e de uma acção central de gabinete e de organização burocrática que levaria mesmo Ricardo Jorge a abandonar a clínica para se dedicar por inteiro ao domínio da higiene articulada com a saúde pública.

As circunstâncias históricas, que fizeram de Ricardo Jorge um mediador entre um saber global, a higiene pública, então em estruturação, e a realidade (local primeiro e nacional depois), adequam-se à interpretação do seu discurso médico numa perspectiva de genealogia dos saberes, tal como é apresentada por Michel Foucault. A sua acção, que se desenrola manifestamente num eixo de discurso-poder, desenvolve-se no domínio do chamado *biopoder*, então em afirmação. Este conceito de *biopoder* ajusta-se à emergência de um novo objecto político, a população, que se manifesta através de uma nova tecnologia disciplinar, a preocupação com a espécie humana, e não apenas com o corpo individual, concentrando-se em fenómenos de conjunto como a mortalidade, a natalidade, a morbilidade, a longevidade ou a reprodução, através de um instrumental que cruza várias disciplinas, se torna legível através da estatística demográfica e operacional através da implementação de um novo sistema sanitário, com vista à vigilância médica e à erradicação de endemias e prevenção de epidemias.

Como se vislumbra genealógicamente esse percurso de higienista na sucessão das suas posições médicas em articulação com o campo da saúde pública em Portugal?

DA NEUROLOGIA À HIGIENE PÚBLICA

Formado no culto dos grandes homens, muito em voga na altura, podemos dizer que foi o jogo dos saberes que permitiu a Ricardo Jorge, nascido (em 9 de Maio de 1858) aqui perto, na rua da Sovela (hoje R. Mártires da Liberdade) e criado na rua do Almada, por cima da oficina de ferreiro de seu pai (um migrante de Vouzela que accorreu à cidade para ganhar a vida), vir a afirmar-se como o grande patrono da Saúde Pública em Portugal (falecido em Lisboa, em 29 de Julho de 1939), ganhando um estatuto algo mítico na sua classe, tanto pelo que fez e pelo que tentou fazer como pelos obstáculos que teve de enfrentar.

Formado em 1879 (aos 21 anos), tudo indicava que o seu destino de especialização seria outro, pois apresentou como dissertação inaugural “Um ensaio sobre o Nervosismo” e, em 1880, concorreu ao corpo docente da Escola com o estudo “Localizações motrizes no cérebro”. Parecia seduzido pela nova área emergente de especialização, que o francês Charcot designou logo depois de Neurologia. Aliás, em 1883, Ricardo Jorge visitou Charcot em Paris, assistindo a algumas das suas aulas, no decorrer de uma viagem de estudo que o levou também a Estrasburgo, onde visitou laboratórios de anatomia patológica e se deslumbrou com a organização dos serviços universitários locais.

De retorno ao Porto, iniciou logo um curso sobre *Anatomia dos Centros Nervosos* e montou o primeiro laboratório de microscopia e fisiologia, sendo por isso considerado o introdutor da metodologia experimental na sua Escola, no âmbito da qual desenvolveu estudos sobre electromedicina e o electrodiagnóstico.

Dedicado, pois, inicialmente à neurologia, especialidade então emergente e na qual a Escola do Porto viria a ter grande afirmação pública, outra vertente médica lhe atraiu a atenção, a hidroterapia: interessou-se pelo caso concreto das águas das Caldas do Gerês e sua exploração comercial, publicou dois trabalhos sobre o tema e estudou os efeitos dos fluoretos alcalinos. Anúncios de jornal indicam que Ricardo Jorge dava consultas de moléstias nervosas”, no Instituto Hidroterápico (instalado no Grande Hotel do Porto), com “tratamento especial por hidroterapia, electricidade, ginástica e ignipunctura”, tornando-se num clínico muito procurado (a ele recorreu Camilo para a sua cegueira, numa aproximação que se tornaria também numa amizade de grande profundidade intelectual).

Paralelamente, desde 1882, juntamente com o colega Cândido de Pinho, editava a *Revista Científica*, na qual, marcado por um claro evolucionismo spenceriano, denunciava a «patologia do organismo nacional», a ausência de uma «cultura especializada» que favorecesse

o desenvolvimento da «descoberta, a originalidade de produção» e a falta de condições propiciadoras da investigação, acusando falta de estímulos e a persistência de um «manto glacial de indiferença» para com este tipo de problemas. Ainda no campo da sociabilidade médica, registe-se a sua participação na Sociedade União Médica, cujos debates contavam com a sua participação animada, e a colaboração com a publicação “A Saúde Pública, Hebdomadário de Higiene” (1), cuja publicação se iniciou em 1884 e tinha como redactor A. Maia Mendes e um vasto conjunto de colaboradores ligados à Escola Médico-Cirúrgica.

Aliás, o título dessa publicação mostra como um problema reconhecido na cidade suscitava capacidade para mobilizar preocupações e vontades, a ponto de justificar uma publicação científica e noticiosa adequada, para além de profundo debate que decorria noutros periódicos (*O Comércio do Porto*, *A Folha Nova*), numa altura em que grassava em França (Toulon, Marselha) uma epidemia de cólera, cujo alastramento se noticiava. Discutia-se então se a origem de epidemia vinha do exterior por importação (*cholera* asiático) ou se era gerada localmente (*cholera* europeu), mas alertava-se para a necessidade de “cumprimento rigoroso de medidas sanitárias” e para o facto de a epidemia resultar sempre de “más condições higiénicas” e recrudescer perante “terreno fértil em decomposições e fermentações orgânicas”.

Os receios de uma epidemia, que já vinham do ano anterior, suscitaram uma viva discussão no Porto, questionando-se o desastroso estado sanitário da cidade e o papel ineficiente da então Junta Consultiva de Saúde Pública. E, perante a ameaça da invasão colérica, surgia a oportunidade de insistir na discussão sobre a necessidade de um serviço de higiene municipal, não obstante os poderes existentes considerarem que “a medicina está presentemente muito metedixa, que quer entremeter-se em tudo e dar leis a todos”, crítica recorrente registada pelo veterano médico e professor Gouveia Osório, que procura desvalorizá-la, subscrevendo vários artigos incisivos sobre a necessidade de regenerar a salubridade do Porto, incitando a Câmara a entregar o problema das condições sanitárias da cidade a médicos inteligentes uma vez que o melhor remédio a opor ao *cholera* seria a excelência daquelas condições (*Saúde Publica*, 6.7.1884).

Note-se, por outro lado, que a nível internacional, se realizavam cada vez mais congressos sobre higiene, acompanhando a evolução do problema, catalizado pela urbanização crescente, de que a imprensa se fazia eco: funcionando a higiene como medicina preventiva era, no entanto, incompreendida, na medida em que enfrentava interesses individuais e os seus resultados, não sendo imediatos, não seriam visíveis aos olhos ignorantes do grande público, pelo que se impunham campanhas de esclarecimento.

Neste ambiente de sensibilização geral para a higiene, verifica-se uma clara pressão sobre as autoridades administrativas do Porto, o que levou, de resto, à realização de conferências médicas pedidas pelo delegado de saúde e pelo governador civil e a visitas sanitárias às ilhas da

cidade (por Tiago de Almeida). E ainda à elaboração, por uma comissão de médicos da *Sociedade União Médica*, que integrava nomes como Mendes Correia, Ricardo Jorge e Antunes Lemos (relator) de um relatório sobre as providências a tomar em caso de invasão da cólera (Julho de 1884), no qual se explicava a natureza da ameaça e se propunham três tipos de acções, com várias medidas, entre elas 16 de aplicação local imediata que passavam por uma vasta higienização da cidade, o que não se concretizou.

Neste contexto de preocupação social e de afirmação do saber médico se inscrevem as quatro conferências de Ricardo Jorge (*A higiene em Portugal; a evolução da sepultura; inumação e cemitério; a cremação*), iniciadas em 3 de Agosto 1884, que lhe hão-de marcar o destino no campo da saúde pública, publicadas depois em volume com o título de *Higiene Social Aplicada à Nação Portuguesa* (7). No imediato, as conferências foram suscitadas pela questão dos cemitérios, respondendo o autor às posições da junta consultiva que preconizava o encerramento dos cemitérios considerados insalubres, o que Ricardo Jorge contradizia.

Sublinhemos, seguidamente, apenas algumas posições dessa primeira conferência, na qual o autor teoriza e historia “A Higiene em Portugal”, formulando algumas propostas de acção.

Recuperando o ideário de Leibnitz, segundo o qual a virtude e a saúde deviam representar as duas preocupações essenciais de toda a acção civilizadora para assegurar a vitalidade e a perfectibilidade do indivíduo e da espécie, Ricardo Jorge, sublinhava que a primeira orientação, a virtude, ligada à religião, à moral e ao direito, caminhara de uma forma mais veloz do que a segunda, tanto mais que, durante muito tempo, o primeiro dever do médico era, como dizia, “procurar a limpeza do pecado, mandando confessar e penitenciar” (lembrando textos de Ambrósio Nunes ou de Curvo Semedo). Na preocupação da saúde se incluía a higiene, que, “encadeada à positividade concreta”, só poderia traçar a sua organização no “século das ciências biológicas”, o século XIX, pelo que, doravante, a higiene avançaria “progressivamente no caminho luminoso da influência culminante que lhe cabe na direcção suprema da acção individual e colectiva”, apesar de as noções do pecado físico, do crime físico, ou seja, as infracções das leis da saúde ainda não despertarem, senão de forma embrionária, uma “emoção repulsiva”, quando entre os direitos e deveres individuais e sociais do homem deveria estar como o “mais preeminente e inquebrantável, o direito do bem-estar corpóreo, o direito da saúde”, condição prévia à realização dos outros direitos e, portanto, “um dos primeiros deveres dos governos de todas as nações”.

Nessa medida, sendo o nível de organização oficial da sanidade pública uma prova do “adiantamento de um povo”, em parte alguma essa organização, diz-nos, era “tão miserável e desconjuntada como em Portugal, se organização se pode chamar a uma enfiada burocrática sem responsabilidade nem consciência”, não obstante a evidência de algumas preocupações ao longo da

história que regista. Os dois defeitos principais que então prevaleciam no sistema organizado em torno da junta consultiva de saúde pública eram, segundo Ricardo Jorge: a) a entrega a leigos do nível deliberativo, caindo sobre funcionários políticos de secretaria sem formação médica; b) a falta de qualificações do nível deliberativo, com nomeação de teor político. *Aos higienistas a saúde pública!* – exclama ele.

Ora um princípio fundamental da organização sanitária, a exemplo de outros países, seria a junta comunal ou junta urbana, que aqui seria denominada de municipal. Mas no Porto, existia apenas, e só desde 1882, o Laboratório Municipal, que deveria ser um instrumento de um serviço local mais vasto, que se articularia com níveis distritais e uma autoridade central, desejando Ricardo Jorge “tudo largamente animado pelo estudo, pela ciência e pelo trabalho, e dotado nos grandes centros com laboratórios destinados, não só às necessidades correntes, como aos labores de investigação”. Era necessário combater os níveis confrangedores da insalubridade urbana:

“Cada vez mais insalubre, a cidade não tem nas condições devidas nem água, nem esgotos, esses dois elementos imprescindíveis de limpeza, que a experiência tem demonstrado reduzirem a cifra da mortalidade geral. O hospital é um antro infecto, onde se amontoam doentes fora de todos os limites da tolerância e num desprezo repugnante das leis mais comezinhas da boa higiene. As classes pobres, o mundo dos proletários, vegetam ancoradas nuns alvéolos húmidos e lóbregos, sem ar e sem luz, e abandonadas a uma especulação torpe que tão sordidamente as explora com a miserável edificação das ilhas. Há a desfiar um estendal de misérias e vergonhas, de males e de incúrias. É forçoso lavrar um protesto contra tanto desleixo, contra tanta inépcia, contra tanta loucura criminosa”.

Ao tomar sobre os seus ombros a denúncia destas situações e dar a sua voz à causa nobre da higiene, Ricardo Jorge confessa ter sido instigado para o efeito por “discussões mesquinhas” nos órgãos sanitários, convicto de que à medicina cabe um papel supremo na direcção mental e social:

“Venha à medicina o primado, como o sonhara o espírito eminente de Augusto Comte, projectando-a ao ápice do seu sistema de hierarquia sociológica; porque só ela conhece o homem em corpo e espírito, nas suas imperfeições e nos seus vícios, nas suas misérias e fraquezas; porque só ela pela higiene, o mais florão da sua coroa, pode promover o bem-estar físico e moral, a evolução melhorista da actividade somática e intelectual”.

Para isso a medicina e a higiene convocariam os dados de todas as ciências, seriam “focos de convergência de todos os raios científicos, de todo o saber e de toda a verdade” – *Medicus sum, nihil a me alienum puto* – (Sou médico, nada me é estranho).

Estas ideias que conjugavam ecletismo e especialização médica serão determinantes na formulação que, entretanto, vai elaborar no relatório sobre o ensino médico apresentado, em 1 de Outubro de 1885, ao Conselho Superior de Instrução Pública, do qual era vogal em

representação da sua Escola. Esse relatório, publicado depois no *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas* e posteriormente editado em livro, verbalizava uma atitude crítica sobre a superioridade oficial da Universidade de Coimbra, analisava a formação médica oferecida pela Escola do Porto e exprimia um objectivo de a europeizar através do apetrechamento técnico e científico. Tal relatório conferiu ao seu autor uma rara aura de prestígio, ainda que as suas propostas só tivessem alcance mais tarde com a reforma do ensino médico em 1911.

RUMO AOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E HIGIENE

O papel assumido, combativamente, no “apostolado sanitário” e numa concepção que atribuía ao município uma obrigação decisiva na defesa da sanitariedade urbana, terá levado o então presidente da Câmara Municipal do Porto, Oliveira Monteiro, médico e seu colega docente na Escola, a solicitar-lhe a integração numa comissão técnica de estudo sobre as condições sanitárias da cidade, de que seria o relator. Daí resultou o volume *O Saneamento do Porto* (8), apresentado publicamente em 1888, a que confere um registo estilístico inigualável e incomodamente naturalista, nomeadamente ao analisar o crescimento e o funcionamento da cidade e os seus níveis de elevada mortalidade (32,9 %, quando no campo se ficava pelos 25 % e noutras cidades europeias se descia abaixo dessa taxa), afirmando que “o problema que a todos sobreleva, que na cidade atinge toda a sua complexidade e importância, é o problema sanitário, provocado pelas condições materiais da vida em comum num espaço limitado. O formigueiro humano germina em si próprio o veneno da sua destruição. A vida social ganha em intensidade à custa da duração da vida individual” (p.8).

Por isso, Ricardo Jorge afirmava que “a grande higiene urbana, a higiene municipal por excelência, visa essencialmente a essa dupla finalidade: contratar a pureza do bolo alimentar e da água que tem de ser ingerida no ventre da cidade – remover toda a massa fecal, todos os escorralhos imundos” (p.10). Ou seja, era imperioso garantir dois mandamentos fundamentais: fornecer água pura, captada e canalizada; praticar a desinfecção e o saneamento.

Não se tratava de uma mera preocupação pela limpeza, mas sim de responder à etiologia lúcida da medicina, banindo para sempre o “Deus o quis” da credence passiva, numa conquista fundamental, pois havia doenças de que ninguém deveria adoecer ou morrer, entre elas muitas das que sobrecarregavam a morbidade e a mortalidade dos centros urbanos, eliminando os focos infectos, quer no hospital, quer na cidade:

“Suprimir o hospital e a cirurgia hospitalar foi um sonho afagado pelos reformadores, e tão quiméricos como a anulação das cidades. A medicina e a higiene souberam soltar-se das pontas do dilema. A cidade, como o hospital, são saneáveis; à força de medidas higiénicas é possível

operar-se num hospital e viver-se numa cidade sem que a morte nos imponha os excessos inoportáveis das cifras obituárias.

E a saneabilidade urbana tomou para base o mesmo princípio da hospitalar: a destruição dos focos pútridos, a desinfecção, numa palavra, a guerra de extermínio contra toda a bactéria nociva.

Fortalecida com os dados da patologia experimental e de observação, e impulsionada vivamente pela microbiologia que irrompia *ex abrupto* transmutando a face de toda a medicina, a higiene lançou-se vigorosamente à sanidade urbana; essa a meta capital dos seus esforços. A secundá-la ofereceram-se a química, a engenharia, a física, todas as ciências de aplicação, todos os aperfeiçoamentos da arte e da indústria. E quer no campo teórico, quer no campo prático, a despeito de todos os obstáculos e de todas as discussões, a higiene pôde afirmar altamente que tinha na sua mão mudar o estado sanitário duma cidade e inscrever novos algarismos nas suas tabelas mortuárias. Fiscal do trabalho da Parca, a higiene sabia e podia alongar o fio da vida e suspender as tesouras da Atropos” (p.13-14)

E Ricardo Jorge, tomando como exemplo as cidades inglesas, formulava um conjunto de propostas que passavam por um inquérito ao saneamento, esgotos, natureza do solo, estatística populacional e legislação municipal (posturas), a criação de serviços de exaustão pneumática de fossas, uma organização completa do serviço de limpeza viária e remoção do lixo, a criação de sanitários públicos pela cidade, entre outras.

O relatório sobre o saneamento teve como sequência o convite que a vereação da Câmara Municipal do Porto, presidida por Oliveira Monteiro e onde pontificavam ainda João Baptista de Lima Júnior, Manuela R. da Silva Pinto e Tito Augusto Fontes, lhe fez, em 1892, para a organização dos *Serviços Municipais de Saúde e Higiene da Cidade do Porto*, cuja direcção assumiu, responsabilizando-se ainda pela secção bacteriológica. Foi neste quadro que, para além da organização dos serviços, fez publicar a série do respectivo *Anuário* e de um *Boletim Mensal de Estatística Sanitária do Porto*. Mas foi mais longe e publicou uma obra de análise aos números recolhidos e seu enquadramento – *Demografia e Higiene da Cidade do Porto I - Clima, População-Mortalidade* (1899) (6), a qual se tornou modelar para muitos outros estudos. Estes trabalhos impuseram-no como o verdadeiro instalador em Portugal da moderna Estatística Demográfica, cuja importância relevava na monografia dedicada ao Porto:

“Estudar os males físicos da unidade social em si e nas suas causas, atalhá-los e preveni-los, aguentar e revigorar o homem colectivo de modo a fazê-lo alcançar a máxima felicidade física, aqui está o objectivo da grande higiene, tanto quanto é possível abrangê-lo. Mas todo esse lema tem de descansar fundamentalmente sobre o conhecimento da estrutura e movimento da população. Importa saber a anatomia e a fisiologia do agregado, como elemento básico para a patologia, profilaxia e terapêutica sociais. Ora essa anatomo-fisiologia colectiva começa precisamente pelo numeramento dos radicais humanos,

pela estatística vital. A demografia constitui pois a base da higiene – é a sua contabilidade”... (p.VI-VII)

É sabido que foi a estatística que conferiu à saúde pública, enquanto área do saber médico, a configuração de um saber científico, mais do que a medicina ou a biologia, com os números a evidenciarem os efeitos do domínio social no estado sanitário da população, em diversas dimensões da imbricação corpo biológico / corpo social.

A questão da mortalidade exagerada na cidade, que fazia do Porto uma “cidade cemiterial”, com níveis acima dos das principais cidades europeias, continuou a ser objecto do seu combate científico e administrativo. Preocupado com a natureza diferencial da respectiva incidência, sublinhava o contributo mais pesado da “classe proletária” e do grupo etário infantil nos níveis do que considerava uma “tarifa obituária intolerável”, denunciando:

“Há aqui os vícios da má educação e da ignorância; há as mais revoltantes práticas de trato de crianças numa trucidação perene, há as habitações lóbregas e insalubérrimas onde se amesendra mais dum terço da população; há o desbaste das moléstias infecciosas pela licença do contágio; há enfim uma rede de incapacíssimos esgotos, rastilhando o solo e a água de imundície» (p.322).

O prestígio científico de Ricardo Jorge acompanhava a sua intervenção sanitária e isso reflectia-se na sua carreira académica: em 1895, subia a «lente proprietário» da cadeira de Higiene e Medicina Legal na Escola Médico-Cirúrgica do Porto.

DA PESTE BUBÓNICA AO INSTITUTO CENTRAL DE HIGIENE

Foi nos meados desse ano de 1899, entre Junho e Setembro, que deflagrou um surto de peste bubónica no Porto, epidemia considerada extinta no Ocidente desde o século XVIII, mas que Ricardo Jorge diagnosticou, detectando em laboratório os bacilos de Yersin. Dado o conteúdo alarmante da sua descoberta, rapidamente solicitou a vinda de autoridades nacionais, como Câmara Pestana, e estrangeiras para procederem a novos exames que só vieram confirmar o diagnóstico por si avançado. O percurso de descobrimento da epidemia e as primeiras medidas profiláticas são referenciadas no volume *A Peste Bubónica no Porto* (5), publicado nesse ano de 1899, que integra os relatórios bacteriológicos e estampas demonstrativas das análises microscópicas efectuadas a bubões, revelando como Ricardo Jorge incorporava na higiene pública a dimensão bacteriológica para demonstrar o efeito do contágio. Entretanto, se o diagnóstico que efectuou e as medidas que adoptou de isolamento dos doentes e de higienização dos edifícios onde se tinham verificado os casos patológicos lhe conferiram a consagração como epidemiologista de renome internacional, as soluções decretadas pelo Conselho de Saúde no sentido de estabelecer um cordão sanitário em torno da Cidade, que se concretizou, excitaram a população urbana em face dos prejuízos económicos daí

decorrentes e da manipulação política então conduzida, fazendo com que ele, o mensageiro da notícia da peste, fosse ameaçado de morte e enxovalhado nas ruas. E, para cúmulo, Ricardo Jorge não acreditava na imposição de medidas de protecção externa, centrando-se antes nos focos internos, ou seja, naquilo que os poderes locais tinham obrigação de controlar!...

A situação de animosidade contra a sua pessoa obrigou-o a retirar-se para Lisboa (só voltaria à Universidade do Porto em 1921, para falar no Congresso Luso Espanhol). Em Lisboa, foi-lhe entregue a Inspeção Geral da Saúde Pública (depois Direcção Geral de Saúde) e assumiu, na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, a cadeira de Higiene. Foi neste novo contexto que promoveu a criação do Instituto Central de Higiene, criado em 28 de Dezembro de 1899, onde instalou um curso para a formação de médicos sanitaristas e criou condições para a investigação dos problemas de saúde pública, produção de informação e de propostas de medidas nesta área (instituto a que mais tarde foi dado o seu nome).

Assumiu então o objectivo de reformar os serviços sanitários, adaptando-os aos novos contextos científicos e sociais. Depois de um período experimental com as “instruções provisórias de 22.12.1900, procedeu-se à publicação, em 24 de Dezembro de 1901, do *Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública*,”. O Regulamento é a pedra de toque da modernização do sistema sanitário. No seu articulado, recupera, renova e cria estruturas, com a definição de atribuições e competências afinadas pelas exigências da higiene e autoridades médicas articuladas em vários níveis, nomeadamente o central e o municipal, colocando no centro do sistema o poder médico, chamando a classe médica a desempenhar a missão sanitária:

“A série médica abre pelo facultativo que na prática da sua profissão tem de ser naturalmente o primeiro funcionário da saúde; sem que o médico compreenda que por imposição deontológica e necessidade impreterível tem de na assistência individual zelar a assistência colectiva, não há higiene pública viável, tanto nos seus fundamentos de patologia social, como na sua obra a mais imperiosa e salvadora, a defesa contra as moléstias zimóticas. A classe médica do país – demonstra-o o seu honroso porte perante epidemias recentes – está penetrada desse alto dever social que, como, nenhum outro, erige a sua profissão num sacerdócio público. Será ela, pois, e confiadamente, o esteio do sistema sanitário inaugurado.” (p.5)

Decorrente desta organização, emergiram posteriormente elementos tais como a estatística demográfica-sanitária, a profilaxia das moléstias infecciosas (com declaração obrigatória das espécies mais patológicas, como foi o caso da tuberculose, tifo e outras), a desinfecção compulsória, a vacinação e revacinação, a luta contra a raiva, a inspecção das toleradas, o regulamento das edificações urbanas, a sanidade escolar, a inspecção alimentar, a fiscalização das termas, novas práticas de sanidade marítima, a matrícula dos oficiais de saúde e o procedimento criminal contra os profissionais de saúde

não legitimados por diploma.

Em 1912, já em plena República, passou a representar regularmente Portugal nas instâncias internacionais da Higiene (*Office International d'Hygiene*), obtendo a sua consagração internacional como epidemiologista nos diversos congressos. Em 1913, iniciou a publicação dos *Arquivos do Instituto Central de Higiene* e, no ano seguinte, deu início à publicação da série estatística *Movimento Fisiológico da População* (1914-1925), a primeira série sistemática a nível nacional das estatísticas relativas às variáveis micro-demográficas. Em 1926, foi de novo chamado a reformar o *Regulamento de Saúde Pública*, que elaborara em 1901, cuja formulação actualizada perdurou longamente.

Dada a dispersão da sua obra, por múltiplas publicações nacionais e revistas médicas internacionais, um dos seus biógrafos, Eduardo Coelho (3), registava, em 1929, pela altura da sua jubilação, 208 títulos, mas remetia ainda para muitos outros artigos dispersos na imprensa diária e especializada. No entanto, Ricardo Jorge continuou a publicar e a participar activamente na discussão científica por mais dez anos! Assim, a sua bibliografia contempla um numeroso conjunto de trabalhos científicos que se debruçam sobre vários problemas sanitários, para além dos já referidos, abordando ainda temáticas como cólera, difteria, sezonismo, tuberculose, profilaxia anti-venérea, tifo exantemático, lepra, *influenza* pneumónica, febre amarela, cancro, varíola, mialgia epidémica.

Importa sublinhar que a sua bibliografia inclui ainda a produção relativa ao homem de cultura que Ricardo Jorge também foi, com publicações sobre temas de literatura, arte ou história da ciência, abordando Verney, Ribeiro Sanches, Camilo Castelo Branco, Gil Vicente, El Greco, Ramalho Ortigão, Rodrigues Lobo, Gomes Leal, Júlio Dinis, Amato Lusitano ou Pasteur. Procurou ainda diagnosticar alguns enigmas históricos, com relevo para o eventual envenenamento de D. João II (hipótese de que discorda). Acrescem textos que alimentaram polémicas e crónicas de viagens pelo estrangeiro (*Brasil! Brasil!*).

Em suma, o percurso de Ricardo Jorge revela-nos um homem que se doou por inteiro à causa da saúde pública, captando com rara intuição o efeito da transição epidemiológica e, em sequência, a importância da transição sanitária. A sua obra repercutiu-se sobre toda a sociedade, num apelo à higiene, das ruas às casas, aos mercados, às escolas, às fábricas, aos hospitais, prevenindo o

micróbio, alertando para o contágio, lutando por coisas que hoje nos parecem naturais, como a água canalizada em sistema fechado, o saneamento, a limpeza das ruas, ciente de que a higiene podia contribuir poderosamente para alongar o fio da vida.

Ricardo Jorge foi, assim, o mais relevante pioneiro da medicina preventiva em Portugal, tendo conseguido, ao cabo de um longo combate de ideias, lançar a base de um sistema sanitário moderno e de um magistério sanitarista, não obstante este, por razões políticas, não se ter desenvolvido posteriormente segundo todos os parâmetros que enunciou.

REFERÊNCIAS

- 1 - A Saúde Pública – Hebdomadário de Higiene. Porto: 1884,1885.
- 2 - Boletim dos Serviços Sanitários, vários anos.
- 3 - Eduardo Coelho. O Prof. Ricardo Jorge. Breve Ensaio Crítico seguido da resenha bibliográfica da sua obra. Lisboa: 1929.
- 4 - Fernando da Silva Correia. A vida, a obra, o estilo, as lições e prestígio de Ricardo Jorge. Lisboa: IRJ, 1960.
- 5 - Ricardo Jorge. A Peste Bubónica no Porto -1899. Porto: CMP, 1899.
- 6 - Ricardo Jorge. Demografia e Higiene da Cidade do Porto I- Clima, População - Mortalidade. Porto: CMP, 1899.
- 7 - Ricardo Jorge. Higiene Social Aplicada à Nação Portuguesa. Porto: Livraria Civilização, 1885.
- 8 - Ricardo Jorge. Saneamento do Porto. Porto: 1888.
- 9 - Lisboa Médica, nº 9, 1939 (volume dedicado a Ricardo Jorge com artigos de Egas Moniz, Almeida Garret, A. Celestino da Costa, Nicolau de Bettencourt, José Alberto de Faria).

Correspondência:

Dr. Jorge Fernandes Alves
CITCEM
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n
4150-564 Porto

e-mail: jfalves@letras.up.pt